



1 **ATA 191**

2 Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, por videoconferência na
3 Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, às treze horas e trinta
4 minutos, reuniram-se, com o Secretário de Conselho Alexandre Belino, os Intérpretes de
5 Libras Saulo dos Santos Henrique; Vanessa Paula Rizotto, o Coordenador da Educação
6 Especial (SED) Sr. Anderson Rodrigo Floriano. Com a participação dos conselheiros
7 titulares e suplentes: Sabrina Mores (SAS), Francini Mylena dos Santos (SAS), Jane
8 Cristina Sombrio Gesser (SEA), André Luiz Justo (SIE), Ketryn Fabiana C. Beseke (SED),
9 Sabrina Vieira da Luz (SES), Juliana Paula Buratto dos Santos Pereira (FCEE), Sandra
10 Lúcia Amorim (Asgf), Kelly Cristina de Aguiar (Asgf), Giselle Cristina de Lima Pagani
11 (Apar), Franciane Renata Panassolo Lodi (FEAPAEs), Alvacir Paulo da Silva (FECEC),
12 Paulo Sérgio Suldóvski (Ajidevi), Janice Aparecida Steidel Krasniak (AAD), , Jussara Capeli
13 Stanga (Comde Pinhalzinho). Ausências Justificadas: Fabiani Cabral Lima (SAS), Jean
14 Abílio Silva (SSP), Claudio Luiz Andrade (SSP), Márcia M.L.Buss (SED), Janine da Silveira
15 (Asgf), Jairton Fabeni Domingos (Comped Navegantes). 1- Abertura / apresentação dos
16 presentes e levantamento do quórum regimental. A Secretária da Mesa Diretora, Juliana
17 Paula Buratto dos Santos Pereira (FCEE), irá presidir essa reunião, aqui intitulada
18 Presidente Interina, pois o Presidente Paulo está em consulta odontológica e irá se atrasar
19 para esta reunião. A Presidente Interina Juliana dá boas vindas a todos desejando uma boa
20 reunião. 2- Leitura e aprovação da pauta. A Presidente Interina Juliana solicita ao
21 Secretário Alexandre se tem alguma inclusão de pauta. O Secretário Alexandre relata que
22 temos algumas inclusões para essa pauta, recebidas no e-mail do Conede: a alteração do
23 cronograma 2024 do Conede, devido a ajustes nas datas do fórum da sociedade civil;
24 denúncia da comunidade surda sobre o edital de ACT da Secretaria de Estado da
25 Educação; Solicitação da Conferência regional de Rio do Sul e a denúncia de mãe com
26 filho com autismo em Escola de Joaçaba. A Presidente Interina Juliana solicita se todos
27 Conselheiros aceitam as modificações, na qual foi aprovada. 3- Aprovação das justificativas
28 dos Conselheiros ausentes. O Secretário Alexandre fala que alguns Conselheiros
29 justificaram suas ausências, na qual serão inseridas na ata, na qual foi aprovada. 4-
30 Aprovação da Ata 190. A Presidente Interina Juliana pergunta se todos receberam a ata
31 finalizada e questiona se alguém gostaria de fazer alguma alteração. A ata foi aprovada por
32 unanimidade. 5- Denúncia da Comunidade Surda sobre o edital de Professor ACT da
33 Secretaria de Estado da Educação. A Presidente interina, solicita que o Secretário
34 Alexandre, faça a leitura da denúncia que chegou no e-mail do Conselho. O Secretário
35 Alexandre faz a leitura da denúncia: Expresso insatisfação ao Edital 2362/2023, que
36 estabelece um processo seletivo para a contratação de professores temporários – ACT em
37 diversas áreas da Educação Básica, dentre eles para os cargos de: Professor Bilíngue -
38 Libras; Professor de Libras/AEE - Instrutor - Itinerante, Intérprete de Libras. É lamentável
39 constatar que este edital exclui de maneira injusta e inconstitucional os professores surdos,
40 negando-lhes a oportunidade de concorrer a cargos para os quais são igualmente
41 qualificados, em comparação com os profissionais ouvintes. O edital declara que, para se
42 candidatar ao cargo de professor bilíngue, precisa ser APENAS pessoas ouvintes. Diante
43 da exclusão dos surdos, um grupo de profissionais da área da educação bilíngue com
44 representação da Universidade Federal de Santa Catarina e Instituto Federal de Santa
45 Catarina - Campus Palhoça Bilíngue e Associação de Pais, Amigos e Surdos de Laguna/S,
46 buscou esclarecimentos sobre o edital mencionado e conseguiu a garantia de inscrição dos
47 surdos no processo, conforme a nota disponibilizada na página da Secretaria Estadual de
48 Educação(SED): <https://www.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/31951->



49 comunicado-oficial-2. Na nota, a SED afirma “que professores surdos poderão escolher,
50 também, as seguintes áreas de conhecimento de referência para a realização da prova:
51 "Intérprete da Libras" e ‘Professor Bilíngue - Libras’”. A secretaria também se compromete
52 a fazer as adequações necessárias para que os surdos possam participar do processo e,
53 além disso, destaca as devidas adequações para que eles possam assumir as vagas.
54 Mesmo após a publicação da nota, a Associação de Pais, Amigos e Surdos de Laguna –
55 SC enviou um ofício com a solicitação formal de adequação no edital. Em resposta ao
56 ofício, a Diretoria de Ensino, Gerência de Modalidades e Diversidades Curriculares e
57 Diretoria da Gestão de Pessoas defenderam a permanência da exigência do professor
58 ouvinte para o cargo de professor bilíngue. Dentre as justificativas, utiliza-se do decreto
59 5626/2005 para justificar a exclusão dos profissionais surdos, argumentando que: Nesta
60 toada, o próprio decreto traz o profissional “ouvinte” com vínculo à função de Professor
61 Bilíngue, posto que, entende que um profissional ouvinte conseguirá se comunicar de
62 forma adequada com todos os sujeitos envolvidos nesse processo inclusivo. No que se
63 refere, especificamente, aos cargos dispostos no edital, o Decreto no 5.626/2005
64 estabelece claramente, em seu artigo 11, a necessidade de formação de professores
65 surdos e ouvintes para atuação em anos iniciais do ensino fundamental, a fim de garantir
66 uma educação bilíngue em Libras e Língua Portuguesa como segunda língua. Além do
67 mais, aponta que as pessoas surdas têm prioridade nos cursos de formação e atuação
68 profissional para o ensino de Libras, o que torna ainda mais contraditório e injustificável a
69 exclusão deste processo seletivo. No próximo domingo, dia 26 de novembro de 2023
70 acontecerá a prova prática do referido Edital e os surdos serão impossibilitados de
71 participar da prova porque ela prevê em suas etapas a interpretação da Modalidade Oral da
72 Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais. Vale ressaltar que eles foram
73 autorizados a fazer a inscrição e a prova objetiva, conforme a nota publicada. Entretanto, a
74 natureza da prova prática inviabiliza a participação dos surdos no processo. Edital Nº
75 3111/2023 5.19. A Prova Prática para o candidato inscrito nas disciplinas Intérprete de
76 Libras e Professor Bilíngue - Libras terá duração de até 30min (trinta minutos) e se
77 desenvolverá em três partes: 5.19.1. Na primeira parte, deverá realizar uma apresentação
78 pessoal em Libras, na qual o candidato deverá identificar-se, falar sobre sua formação, sua
79 atuação junto à comunidade surda e suas perspectivas de atuação profissional. Tempo
80 máximo: 5min (cinco minutos); 5.19.2. Na segunda parte, o candidato assistirá a um vídeo
81 em Língua Portuguesa, na modalidade oral de textos inéditos de acordo com o contexto
82 educacional, com a finalidade de simular situações interpretativas semelhantes ao dia a dia
83 escolar. Em seguida, o vídeo será exibido novamente e o candidato fará a interpretação
84 simultânea para Libras. Tempo máximo: 10min (dez minutos); 5.19.3. Na terceira parte, o
85 candidato, inicialmente, assistirá um vídeo gravado em Libras de textos inéditos de acordo
86 com o contexto educacional, com a finalidade de simular situações interpretativas
87 semelhantes ao dia a dia escolar. Em seguida, ele assistirá novamente ao vídeo e fará a
88 interpretação simultânea para a Língua Portuguesa, na modalidade oral. Tempo máximo:
89 10min (dez minutos); Além de tudo, a prova prática é a mesma para intérpretes e
90 professores bilíngues. Isso demonstra o equívoco no entendimento das competências dos
91 profissionais envolvidos na educação de surdos. Ao professor bilíngue, não compete
92 interpretar/traduzir. Desse modo, tal discriminação não apenas viola os princípios
93 fundamentais de igualdade e não discriminação, mas também representa uma afronta aos
94 direitos culturais da comunidade surda, garantidos por lei, e, sobretudo, pelo artigo 29 da
95 Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que possui status
96 constitucional em nosso país. Além disso, a restrição imposta pelo edital impacta



97 diretamente no acesso das crianças à cultura surda, uma vez que impede o convívio e o
98 aprendizado com professores surdos de referência. Isso cria uma barreira inaceitável à
99 difusão da cultura surda, indo de encontro à legislação que proíbe tais obstáculos e que,
100 inclusive, exige uma promoção ativa dessa cultura pelo Estado. É importante ressaltar que
101 a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu artigo 24, parágrafo
102 3, letra "b", garante o aprendizado das línguas de sinais, e a letra "c" garante que a
103 educação de surdos seja ministrada em línguas de sinais. Portanto, ao excluir os surdos do
104 processo de seleção, o edital prejudica o cumprimento desses princípios e a disseminação
105 da Língua Brasileira de Sinais (Libras), em mais uma clara violação da Convenção.
106 Ademais, o artigo 27, parágrafo 1o, letra "b", proíbe a discriminação no acesso ao trabalho,
107 o que torna evidente a inconstitucionalidade deste edital. Em Santa Catarina, contamos
108 com instituições de referência que formam profissionais surdos nas áreas abrangidas por
109 este concurso, como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa
110 Catarina, o Campus Palhoça Bilíngue, a Universidade Federal de Santa Catarina e a
111 Universidade do Estado de Santa Catarina. É essencial destacar também o Artigo 4o da Lei
112 no 13.146/2015, que garante o direito à igualdade de oportunidades e proíbe qualquer
113 forma de discriminação das pessoas com deficiência. Portanto, a política pública que
114 repudiamos é ilegal em todos os aspectos e deve ser facilmente modificada para incluir e
115 incentivar a participação ativa dos professores surdos. Esperamos que o Estado de Santa
116 Catarina reavalie e corrija as disposições discriminatórias presentes no presente edital e na
117 prova didática, demonstrando seu compromisso com a igualdade, a inclusão e os direitos
118 da comunidade surda. A exclusão dos professores surdos é inaceitável e não condiz com
119 os princípios democráticos e os valores de nossa sociedade. É hora de agir em
120 conformidade com a lei e promover a diversidade e a igualdade de oportunidades para
121 todos. O Secretário Alexandre relata que recebemos uma nota de repúdio da FENEIS –
122 Federação Nacional dos Surdos referente a este edital da SED, foi colocado também na
123 comissão de denúncias, na qual a Conselheira Sandra estava presente e que pode relatar
124 aqui nesta plenária. A Presidente Interina Juliana fala que tendo em vista, o Conselho estar
125 para defender todas as áreas sobre a Pessoa com Deficiência, e gostaria de ver com a
126 SED sobre este edital e as referidas denúncias, deixo a palavra para a SED neste
127 momento. O Coordenador de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação
128 (SED), Anderson Rodrigo Floriano, relata primeiramente que tem um profundo respeito pela
129 comunidade surda, pelas pessoas surdas e principalmente pelos nossos estudantes surdos
130 da rede estadual de educação e a todos os profissionais que atuam como professor
131 bilíngue, interpretes de libras, professor AAE, então fica aqui o profundo respeito a esta
132 classe de profissionais, educandos, e a este Conselho Estadual da Pessoa com
133 Deficiência. Solicita que seja encaminhando via e-mail as denúncias formalmente para o
134 gabinete do Secretário de Estado da Educação. O Secretário Alexandre fala que será
135 aberto um processo no SGPe para melhor formalização desta demanda. O Coordenador
136 Anderson Rodrigo relata que sobre essa temática, estamos finalizando alguns
137 encaminhamentos, tivemos reunião com a Secretária adjunta da SED, e vários
138 representantes aqui citados no e-mail lido. A Conselheira Kelly fala que gostaria de pedir o
139 sigilo e os dados da pessoa que denunciou ao enviar esses documentos. O Coordenador
140 Anderson fala que foi acertado na última reunião na SED, uma resposta por escrito e
141 também será criado a partir do próximo ano um GT com os representantes da comunidade
142 surda e SED, para que possamos discutir e reestruturar nossos editais dentro das leis em
143 vigência. Isso que temos acordado e confirmado, qualquer outra alteração iremos nos
144 manifestar dentro desta temática. A Conselheira Janice reforça que seria muito importante



145 a participação de todos os segmentos da Pessoa com deficiência, uma representação por
146 segmento, para que todos sejam envolvidos. A Conselheira Sandra relata que gostaria de
147 fazer um complemento pela leitura do Secretário Alexandre, a gente já fez essa discussão
148 na comissão de denúncias do Conede, a comunidade surda entende claramente a
149 denúncia aqui no conselho, ouvi as considerações do coordenador e eu gostaria de alguns
150 esclarecimentos, por exemplo, nos direitos universais da ONU, na constituição federal, na
151 Lei de libras, na Lei Brasileira de Inclusão. Estamos com a lei a mais de 20 anos e a lei não
152 funciona como deveria, estamos no momento de revolta, por um outro ponto de vista, em
153 concursos, processos seletivos, isso sempre acontece, nós precisamos de mudanças, para
154 professores surdos, não está funcionando. A minha proposta aqui para Santa Catarina,
155 fosse feito uma mudança com uma lei específica para o ensino de libras. A Conselheira
156 Kelly fala que as vezes a fala da Conselheira Sandra pode ser repetitiva, mas a minha
157 preocupação resguardar os interesses da comunidade surda, pois esse edital está cheio de
158 vícios e entendo até que deveria ser feito várias erratas, pois a segunda etapa deixa
159 receosa, que possui vários erros, que exista uma alteração, estou vendo aqui o interesse
160 em solucionar, e a minha proposta com alterações, pois tem muitas pessoas que se
161 desmotivaram em se inscrever num edital deste, que haja uma alteração imediatamente. O
162 Coordenador Anderson agradece a contribuição da Conselheira Sandra e da Conselheira
163 Kelly, por todas as considerações, algumas respostas podemos estar fazendo pelo SGPe,
164 e como fechamento que o meu otimismo pelo GT que será formado, por políticas públicas
165 que irão refletir nos futuros editais elaborados pela SED, agradeço, peço licença pois tenho
166 outra reunião aqui na Secretaria. 6- Repasse da participação nas Conferências Municipais
167 e Regionalizadas. A Presidente Interina Juliana, fala das conferencias que participou em
168 São José e na regionalizada da Grande Florianópolis, a importância das conferencias, que
169 a gente abre voz e voto e aprendemos muito, nessas discussões, na pratica, muito
170 importante esse momento do debate e quando a gente ouve as pessoas com deficiência,
171 as avaliações biopsicossociais, enfim todas as demandas voltadas para este segmento. O
172 Plano viver sem limite e a questão de acessibilidade, que a sociedade precisa se adequar
173 para as pessoas com deficiência, temos avanços e muito caminho a percorrer. O Secretário
174 Alexandre relata que foi muito importante a etapa municipal e regionalizadas, das
175 conferencias que vários conselheiros e ex-conselheiros, parceiros que participaram
176 representando o Conede e também palestrando nas conferencias e abrangendo todas as
177 regiões do nosso Estado, em torno de 37 conferencias aqui em Santa Catarina. Agora
178 vamos organizar a nossa conferencia estadual, para que seja um sucesso no ano que vem,
179 agradecer a todos que contribuíram e contribuem para as conferencias sejam realizadas,
180 agradecer a Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS), na qual
181 disponibilizou carro oficial e todas as condições para que pudéssemos participar junto aos
182 municípios e as regionais das conferencias nesta etapa. A Presidente Interina Juliana,
183 disse que o Secretário Alexandre agradeceu a todos e eu como Presidente Interina neste
184 momento quero agradecer ao Secretário Alexandre, por todo apoio que foi prestado em
185 todas as conferencias e também a esta de Rio do Sul, que ainda vai ser realizada por conta
186 das enchentes que aconteceram neste período. 7- Repasse sobre bolsas paratletas
187 estaduais. O Secretário Alexandre fala que recebemos uma resposta através de ofício da
188 FESPORTE pelo SGPe (SAS 2495/2023), faz a leitura e será encaminhado a todos os
189 Conselheiros. 8- Repasse sobre o evento de Lançamento do Plano Viver sem Limite. A
190 Presidente Interina Juliana fala dos quatro eixos do Novo Viver Sem limite, que é um plano
191 da política pública do segmento da Pessoa com Deficiência, que serão várias ações deste
192 plano, onde engloba em torno de 95 itens para os próximos anos. O Secretário Alexandre



193 relata que foi muito interessante a retomada deste plano, pois está em várias áreas, e
194 precisamos que o Estado de Santa Catarina e os municípios possam estar fazendo adesão
195 a este plano, muito importante para o segmento da Pessoa com deficiência. Seria muito
196 interessante o Estado de Santa Catarina aderir ao Plano, na nossa Conferência Estadual
197 pois estará lá todos os representantes dos segmentos da Pessoa com Deficiência, de todas
198 as regiões de Santa Catarina, e os Municípios precisamos pensar em que momento os
199 Prefeitos possam estar assinando a adesão a este plano nacional. Não tem prazo para
200 fazer a adesão ao Plano, então seria interessante fazer na nossa conferência, claro, se
201 houver o aceite do Governo Estadual. Ao longo do próximo ano, estaremos divulgando
202 mais sobre os eixos e as ações deste plano junto a Gerência de Políticas para Pessoas
203 com Deficiência e Idosos aqui da SAS. A Presidente Interina Juliana fala que tivemos o
204 apoio da Comissão da Pessoa com Deficiência da ALESC, onde tivemos um evento
205 falando sobre o novo viver sem limite e também a avaliação biopsicossocial, foi um
206 momento bastante importante, e que tivemos acompanhando as informações e discussões
207 em relação ao plano. E tivemos a oportunidade de falar sobre o Índice de funcionalidade
208 brasileiro modificado e a avaliação biopsicossocial que está sendo discutido. O Presidente
209 Paulo relata que pede desculpas pelo atraso hoje na reunião e agradece a compreensão,
210 sobre o Plano fomos no lançamento e se possível o Estado aderir ao plano junto a
211 Conferência Estadual, com bastante visibilidade no segmento da Pessoa com Deficiência,
212 junto com a Gerente Sabrina Mores na Gerência de Políticas públicas para Pessoa com
213 Deficiência e Idosos da SAS. Para coordenar junto ao Governo Estadual e após essa
214 adesão do Estado, vai ter um congresso dos Prefeitos que acontece em abril do ano que
215 vem, são expectativas, se for possível é claro. 9- Alteração do Cronograma 2024. O
216 Secretário Alexandre fala que houve uma pequena alteração na data do fórum da
217 sociedade civil e como tínhamos agendado para uma data somente, e precisamos três
218 dias, então será nos dias 29, 30 e 31 de julho de 2024. Na qual foi aprovado. 10-
219 Solicitação da Conferência regional de Rio do Sul. O Secretário Alexandre faz a leitura do
220 e-mail recebido do Conselho Municipal de Rio do Sul, na qual solicita que o prazo para
221 realização da Conferência regional seja para fevereiro de 2024, devido as enchentes que
222 ocorreram em toda região. A Presidente Interina Juliana fala que temos acompanhado essa
223 triste situação que ocorreu em nosso Estado, principalmente na região do alto vale do
224 Itajaí, nos solidarizamos com todas as pessoas que ali passaram por essa situação, e nos
225 colocamos a disposição a esses colegas de trabalho. O Secretário Alexandre pede para
226 fazer uma sugestão, como tem todo o tramite de documentação para nossa Conferência
227 Estadual e posterior a Nacional, sugiro que estendemos o prazo, excepcionalmente a esta
228 Conferência Regional de Rio do Sul até 15 de fevereiro de 2024, e o envio do relatório até
229 o último dia útil de fevereiro a ser mandado para o e-mail institucional do Conede. A
230 Presidente Interina coloca em votação e foi aprovado por unanimidade a sugestão. O
231 Secretário Alexandre irá e enviar e-mail com esta deliberação da Conferência Regional de
232 Rio do Sul. 11- Denúncia de mãe com filho com autismo em Escola de Joaçaba. O
233 Secretário Alexandre faz a leitura do e-mail com a denúncia de constrangimento ao filho
234 com Autismo em uma Escola no município de Joaçaba, sendo que a apresentação de natal
235 ficou gravada e disponível no canal do youtube. Segundo a mãe houve uma exposição e
236 constrangimento muito grande, já foi no MPSC, no COMDEF Joaçaba e a própria escola,
237 pois faltou um segundo professor bem preparado para que esta situação não ocorra, um
238 desrespeito. Solicita ao Conede para que tome alguma providencia e pede que o vídeo seja
239 retirado do ar e que a Escola faça uma retratação ao ocorrido. A Conselheira Janice sugere
240 de falar com a Escola, eu concordo com nota de repudio, mas fazer uma conversa com a



241 Escola, sobre a mãe o quanto isso magoou, pedir para a Escola tirar o vídeo, ou editar o
242 vídeo, retirando esse momento de constrangimento, falar sobre o autismo para a gestão
243 escolar, seria o ideal. Podemos até sugerir uma palestra pela AMA. O Presidente Paulo diz
244 que de qualquer forma, a mãe pede algo por escrito. A Conselheira Janice ficou de fazer o
245 contato com a Escola e posteriormente o documento para ser encaminhado. 12-
246 Deliberações das comissões: O Secretário Alexandre informa que foram realizadas duas
247 reuniões de comissões uma foi sobre denúncia, na qual foi discutido sobre o edital ACT da
248 Secretaria de Estado da Educação, na qual foi trazido aqui para esta plenária. A outra
249 comissão de atos normativos discutiu sobre a sugestão de lei do fundo estadual da Pessoa
250 com Deficiência, que teve alguns questionamentos e na próxima reunião desta comissão
251 terá a participação do Contador da Secretaria de Estado da Fazenda para fazer alguns
252 apontamentos para a comissão no próximo dia 11 de dezembro. 13- Assuntos Gerais: O
253 Presidente Paulo, fala que foi um ano bastante trabalhado, principalmente no segundo
254 semestre, segundo o Antônio José do Ministério dos Direitos Humanos, Santa Catarina,
255 proporcionalmente foi o Estado que mais realizou conferências entre municipais e
256 regionais, só tenho que agradecer nossos Conselheiros, a Secretaria de Estado da
257 Assistência Social, por todo apoio durante este ano 2023. Foi um ano bem trabalhoso e
258 cansativo, mas bem bom e que ano que vem, que temos conferência estadual, nacional e
259 fórum e o trabalho continua. A Conselheira Sandra fala que temos uma certa limitação,
260 características da nossa comunidade e aqui na nossa discussão e nosso papel é mostrar
261 nossa luta, e podemos deixar para o ano que vem, agradecer os interpretes pois não foi
262 fácil, e peço a compreensão pela comunidade surda e desejamos que todos estamos em
263 pé de igualdade, colocados no mesmo patamar. E que ano que vem nossa luta continua,
264 agradeço a todos vocês. 14- Encerramento: A Presidente Interina Juliana agradece a
265 participação de todos e desejando, E assim sendo dando por encerrada a reunião, na qual
266 foi lavrada a ata pelo Secretário de Conselho, Alexandre Belino, documento que será
267 enviado aos Conselheiros por e-mail para ser aprovado na próxima reunião e publicado no
268 site da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família:
269 <https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/conede/atas-e-reunioes/atas-10/2023-2>.
270 Nossa reunião foi gravada e transmitida ao vivo no canal do youtube do Conede:
271 <https://www.youtube.com/@conedesc>. Florianópolis, 07 de dezembro de 2023.

272